NOTAS EXPLICATIVAS APLICADAS A CONTABILIDADE PÚBLICA

- CÉZAR VOLNEI MAUSS

- OUTUBRO DE 2026
- PRAIA GRANDE - SP
- ACOPESP

- Fone: 54-99986-2679

- **Prof. Mestre Cézar Volnei Mauss**

- *Contador*
- *Especialista em Gestão e Controle da Administ. Pública*
- *Mestre em Contabilidade e Controladoria*

-Empresário, sócio da MAUSS CONSULTORIA EM GESTÃO (pública e privada) desde 2005 e da FAT Faculdade e Escola desde 2015

-Proprietário de escritório contábil desde 1997

-Iniciou no serviço público em 1996 e como contador público em 2000

-Professor na graduação da FAT Faculdade e Escola

- *Professor de diversas pós graduação: FADERGS, UNIFRA, FAE, FAT, URI, IPOG, dentre outras;*

-Conselheiro do CRC/RS de 2020 até 2025

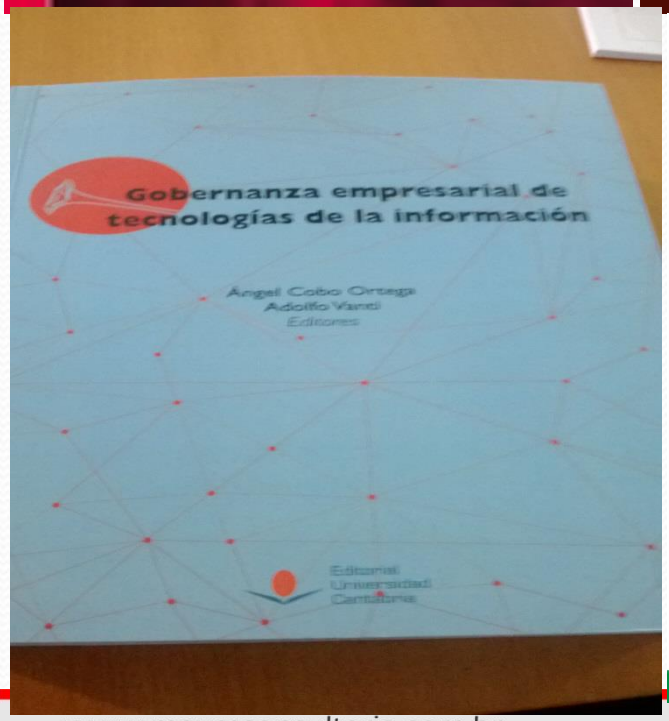
-Integrante da comissão de estudos de contabilidade pública do CRC/RS

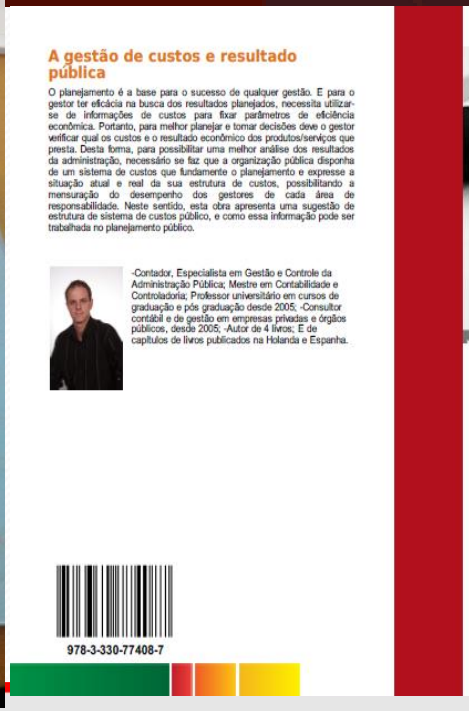
- *30 publicações de artigos em Congressos científicos nacionais e internacionais*
- *16 publicações de artigos em revistas científicas nacionais e internacionais*
- *12 livros publicados como autor ou coautor na gestão e contabilidade pública e privada brasileira e internacional*







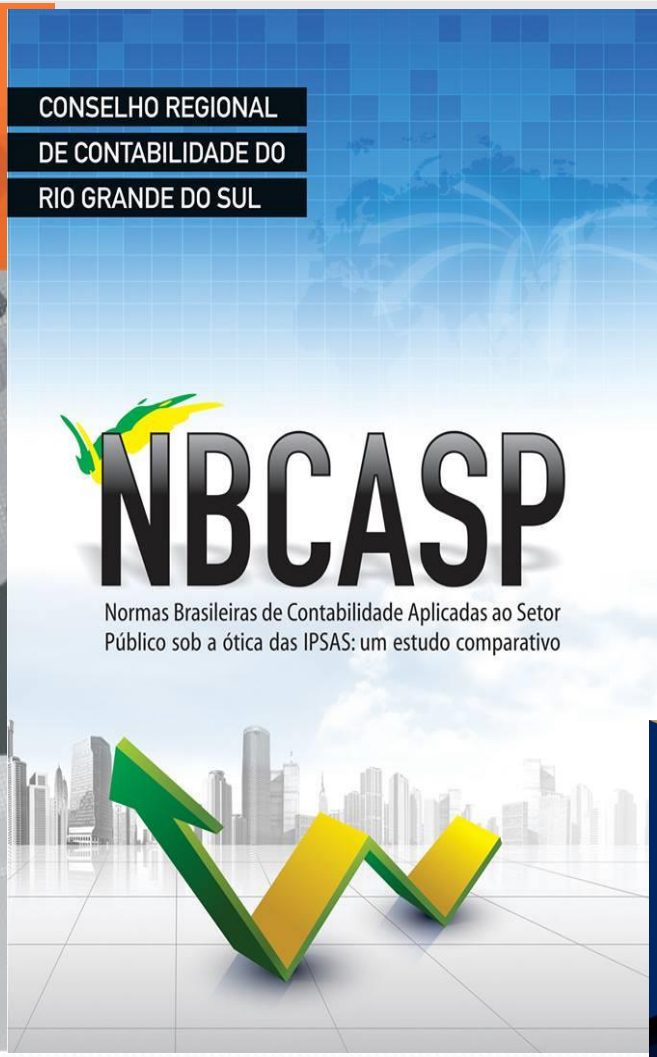




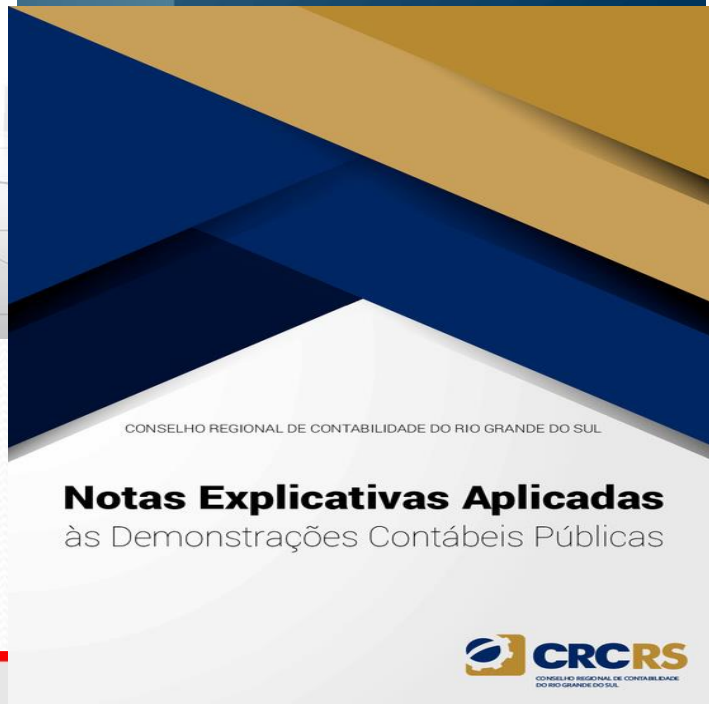


OmniScriptum GmbH & Co. KG
Bahnhofstrasse 28, 66111 Saarbrücken, Alemanha









Livros disponíveis para
Download Gratuito site CRC/RS:
www.crcrs.org.br – link livros


CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
Notas Explicativas Aplicadas
às Demonstrações Contábeis Públicas
CRCRS
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Notas Explicativas

Informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

São consideradas parte integrante das demonstrações contábeis.



Composição das entidades que integram a DCASP:

1. Executivo municipal xxxxx;
2. Poder legislativo xxxxx;
3. RPPS;
4. Autarquia ????

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

O Município de Já..... CNPJxxxx, Legislativo CNPJ xxxx, RPPS municipal CNPJ XXXX: compõe o poder público municipal consolidando as demonstrações contábil: poder executivo, do legislativo municipal e do Regime Próprio de Previdência social – RPPS. Situado na R: Inácio Rodrigues, 805 Centro de ....., RS, CEP: 95xxx-000, tem por objeto a prestação de serviços públicos de forma direta aos seus munícipes.

CTSP 08 – NORMA DAS NOTAS EXPLICATIVAS

8 - A **reprodução de informações desnecessárias gera aumento do custo da elaboração e da divulgação**, e **aumento na complexidade da leitura** pelos usuários interessados. As Notas Explicativas devem **auxiliar os usuários a entenderem melhor**, tempestivamente, e no contexto adequado, as informações financeiras e não financeiras incluídas nas demonstrações contábeis e, ainda, **aprimorar o papel das demonstrações contábeis**, no sentido de **fornecer informação útil para fins de prestação de contas** e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão

19 - Consequentemente, não podem ficar ausentes nas demonstrações contábeis de determinada entidade as **informações relevantes de que a entidade tenha conhecimento**, bem como **não devem ser divulgadas informações imateriais que não sejam relevantes**.

O que são e qual o Objetivo?

- **Esclarecimento:** Elas detalham e explicam os saldos e movimentações que não são óbvios apenas olhando os demonstrativos numéricos.
- **Transparência:** Facilitam a fiscalização pelos Tribunais de Contas e o controle social por parte da sociedade.
- **Efetividade:** Demonstram se os resultados alcançados pelas políticas públicas foram realmente efetivos para a sociedade
- Ex.: Notas SLC



Erros comuns

Um estudo do Tesouro Nacional sobre a aderência das notas explicativas ao MCASP encontrou:

Apenas 67% dos estados e 44% das capitais divulgaram notas explicativas em 2015 — apesar de serem obrigatórias.

Mesmo entre quem apresentou, a aderência às normas foi baixa: a maioria dos estados ficou abaixo de 50% de conformidade .

Nenhuma entidade analisada evidenciava adequadamente informações sobre a prestação de serviços (nº de alunos atendidos, obras executadas, pacientes atendidos) — justamente o tipo de informação que dá sentido aos números para o cidadão.

Fonte: Patricia Teles, EBCP 2026

Quando a nota existe, mas é mal feita:

- Linguagem excessivamente técnica, incompreensível para o usuário não especialista.
- Repetição de conceitos contábeis genéricos, copiados de norma, sem dizer nada específico sobre a entidade.
- Ausência de tabelas, gráficos ou quadros que facilitariam a leitura.
- Estimativas e provisões divulgadas sem base técnica ou metodologia.
- Saldos e valores citados na nota que não batem com os valores das demonstrações.
- Classificação contábil indevida por trás da nota, o que distorce também o texto explicativo.
- Não acompanhar atualizações normativas — por exemplo, citar a versão antiga de uma norma já revisada.

Fonte: Patricia Teles, EBCP 2026



Fonte: Suani dos Santos Braga

Estrutura Padrão (O que colocar)

•**Contexto Operacional:** Informações sobre o município/estado, localização, população e principais características geográficas e econômicas.

•**Bases de Elaboração:** Declaração de conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao setor público (como a NBC TSP) e a legislação vigente.

•**Políticas Contábeis:** Critérios de depreciação, avaliação de estoques e provisões.

•**Detalhamento dos Demonstrativos:** Informações adicionais ao Balanço Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

O **Balanço Orçamentário,** de acordo com o MCASP (11ª edição), deverá ser acompanhado de notas explicativas que divulguem, ao menos:

f) a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;

g) as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;

h) o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente;

i) o detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada;

j) conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Fonte: Roberto de Oliveira J R, 2025

A Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), de acordo com o MCASP (11ª edição), pode incluir:

a) o montante de linhas de crédito obtidas, mas não utilizadas, que podem estar disponíveis para futuras atividades operacionais e para satisfazer a compromissos de capital, indicando restrições, se houver, sobre o uso de tais linhas de crédito; e

b) o montante e a natureza de saldos de caixa não disponíveis;

c) descrição dos itens incluídos no conceito de caixa e equivalente de caixas;

d) conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial, justificando eventuais diferenças.

As transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, como aquisições financiadas de bens e arrendamento financeiro, não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Tais transações devem ser divulgadas nas notas explicativas à demonstração, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas transações.

Fonte: Roberto de Oliveira J R, 2025

NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

- **Mudança de Política Contábil**

Deve ser divulgada quando:

- Exigida por nova NBC TSP ou
- Resultar em informação mais relevante e confiável

📌 **Notas Explicativas devem apresentar:**

- Título da NBC TSP envolvida
- Natureza da mudança
- Efeitos nos períodos correntes, anteriores e futuros
- Justificativa se aplicação retrospectiva for impraticável

📌 **Reconhecimento prospectivo no resultado**

📌 **Notas Explicativas devem conter:**

- Natureza da mudança
- Montante do efeito nos períodos afetados
- Caso o efeito futuro seja inestimável, essa condição deve ser informada

Vídeo 1

Fonte: Roberto de Oliveira J R, 2025

DICAS PARA ELABORAÇÃO

- Dar prioridade para agregar a informação em sua essência e não apenas em sua forma jurídica
- Evitar sobrecarga de informação. Deve ser objetiva
- Levar em consideração relevância, materialidade e custo benefício da informação
- Evitar uso de números de contas contábeis, códigos de identificação de unidades gestoras, órgãos, contas correntes, etc..



Fonte: Suani dos Santos Braga

3.8 Restrições acerca das informações contábeis

Materialidade	A sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (*accountability*), ou as decisões dos usuários.
Custo-Benefício	Os benefícios decorrentes da informação devem exceder o custo de produzi-la. A avaliação dos custos e benefícios é, entretanto, em essência, um exercício de julgamento.
Equilíbrio entre as características qualitativas	O equilíbrio entre as características qualitativas é necessário para se alcançar os objetivos da informação contábil.

Fonte: Suani dos Santos Braga

O que devemos explicar??

- ajustes de exercícios anteriores e eventos subsequentes à data de encerramento, que possam ter efeito relevante.

- investimentos em outras entidades (consórcios), quando relevantes,

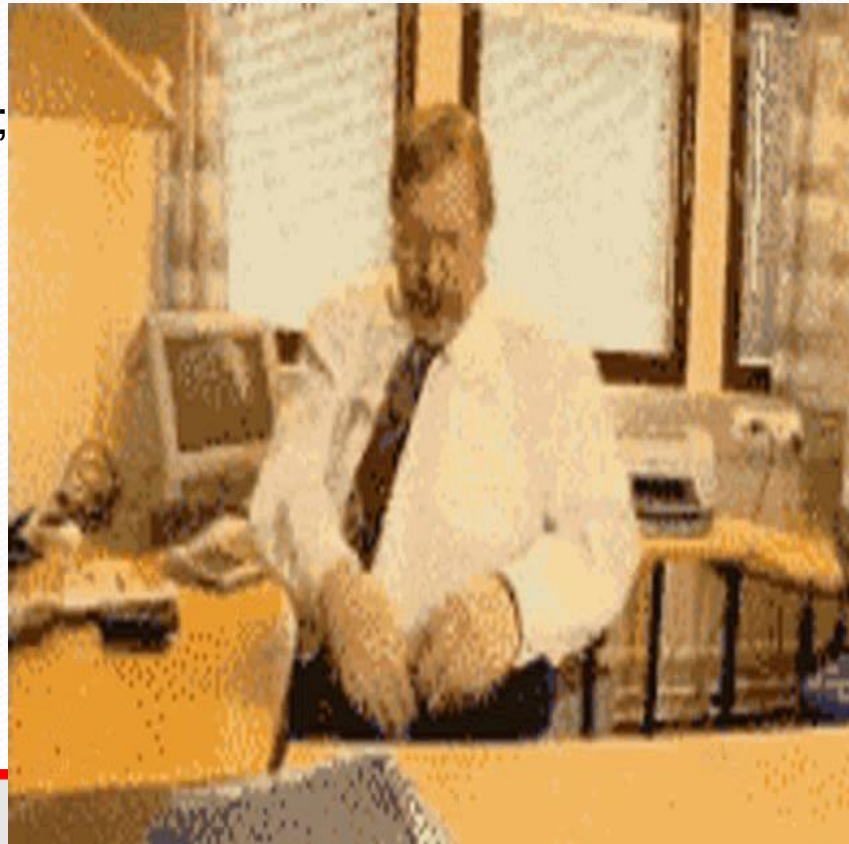
- aumento do valor dos elementos do ativo, resultante de novas avaliações,

- Baixas relevantes de itens do ativo imobilizado;

- Baixas de investimento;

- Reconhecimento de inconformidades que podem afetar o resultado e indicadores;

- Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.



DIVERGÊNCIAS E INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS IMPORTANTES RELATADAS PELAS CONTADORIAS MUNICIPAIS QUE DEVEM FIGURAR NAS NOTAS EXPLICATIVAS:



1. Problemas na conciliação bancária;
2. Falta de inventário do imobilizado e estoques;
3. Falta de relatórios para registro de provisões da folha de pagamentos;
4. RPG – Restos a pagar de gaveta;
5. Estorno de restos a pagar ocorridos durante o ano que alteram o valor do superávit financeiro em relação ao RGF entregue;
6. Metodologia utilizada para definir os valores a curto e longo prazos do ativo e passivo (divida ativa, financiamentos e etc);

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, CTSP 02, DE 13 DE JUNHO DE 2024

Aprova o Comunicado Técnico CTSP 02, que orienta os profissionais da contabilidade que atuam nas entidades públicas quanto à elaboração das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Sumário	Item
OBJETIVO	1 - 3
INTRODUÇÃO	4 - 8
ALCANCE	9 - 12
DIRETRIZES GERAIS CONTIDAS NAS NBCs TSP	13 - 27
Principais diretrizes contidas na NBC TSP Estrutura Conceitual	13 - 20
Principais diretrizes contidas na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	21 - 27
DIRETRIZES ADICIONAIS	28 - 36
VIGÊNCIA	37
Apêndice 1 - Diagrama 2 do Practice Statement (Adaptado) – Determinando se a informação de política contábil é material	
Apêndice 2 - Aplicação do conceito de materialidade	

9. Este Comunicado Técnico trata essencialmente de questões de divulgação, não alcançando questões de reconhecimento e de mensuração.

10. O Comunicado Técnico não consolida as exigências de divulgação de Notas Explicativas existentes nas diversas NBCs TSP, nas leis e em outros normativos contábeis. Também não trata de exigências específicas, mas tão somente aquelas de caráter geral.

21. Conforme item 21 da NBC TSP 11, as Notas Explicativas fazem parte do conjunto completo das demonstrações contábeis e compreendem a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

22. As Notas Explicativas oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

29. **As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis e devem fornecer informações adicionais,** que não foram suficientemente evidenciadas nos quadros apresentados, tais como descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis. Elas devem ser elaboradas com o objetivo de facilitar a compreensão dos diversos usuários, englobando informações de qualquer natureza, desde que sejam relevantes.

Exemplo do Estado do RS

QUADRO RESUMO DOS AJUSTES DECORRENTES DA CONSOLIDAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Exclusões)					
ATIVO	Nota	-6.480.970.961,13	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	-6.480.970.961,13
Ativo Circulante		**-3.075.464.215,29**	**Passivo Circulante**		**-2.722.541.737,81**
Caixa e Equivalente de Caixa	a	-2.356.443.599,51	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	d	-242.495.654,73
Créditos a Curto Prazo	b	-719.020.615,78	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	e	-2.852,75
			Demais Obrigações a Curto Prazo	f	-2.480.043.230,33
Ativo Não Ciruculante		**-3.405.506.745,84**	**Passivo Não Circulante**		**-3.854.783.667,10**
Ativo Realizável a Longo Prazo	c	-3.405.506.745,84	Provisões a Longo Prazo	g	-3.173.417.870,61
			Demais Obrigações a Longo Prazo	h	-681.365.796,49
			Patrimonio Líquido		**96.354.443,78**
			Resultados Acumulados	i	96.354.443,78

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO (Exclusões)

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	Nota		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	Nota	
Contribuições	k	-16.985.494.006,0	Pessoal e Encargos	l	-17.028.939.709,9
Transferências e Delegações Recebidas	j	-106.800.209.418,8	Transferências e Delegações Concedidas	j	-106.800.209.418,8
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos		5.862.082,2	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		-30.629.435,1
			Resultado Patrimonial do Período		**-79.937.221,1**

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
SOFTWARE	21.125,50				
(R) DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-3.789.130,67	325.393.291,14			
Ativo Real (Financeiro + Permanente) (3)		530.576.084,50	Passivo Real (Financeiro + Permanente) (8)		921.768.785,61
			SALDO PATRIMONIAL (9)		
			PATRIMONIO	224.614.580,80	
			RESERVAS		
			RESERVAS DE REAVALIACAO	827.248,55	
			RESERVAS TECNICAS	8.655.443,60	
			DÉFICIT OU SUPERÁVIT ACUMULADOS		
			RESULTADO DO EXERCICIO	-	
			RESULTADO DE EXERCICIOS ANTERIORES	-37.359,65	
			RESULTADO APURADO	-625.252.614,41	-391.192.701,11
ATIVO COMPENSADO (4)			PASSIVO COMPENSADO (10)		
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	2.401.054,80		VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	2.401.054,80	
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES	248.650,00		VALORES EM GARANTIA	248.650,00	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	31.537.891,48		DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	31.537.891,48	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	47.168.825,77		DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	47.168.825,77	
OUTRAS COMPENSACOES	62.385.176,20	143.741.598,25	COMPENSACOES DIVERSAS	62.385.176,20	143.741.598,25
TOTAL DO ATIVO (5)		674.317.682,75	TOTAL DO PASSIVO (11)		674.317.682,75

NOTA: A Contadoria não tem como certificar os valores relativos a Bens Móveis, Imóveis e Créditos da Dívida Ativa,tendo em vista não haver relatório de Correlação no Patrimônio e Dívida Ativa Municipal.

PORTARIA 548/2015-PRAZOS

Verificação no Siconfi

1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	10.995.911,23
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis	3.375.245,20
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	3.375.245,20
1.2.3.2.0.00.00 - Bens Imóveis	8.314.240,59
1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação	8.314.240,59
1.2.3.8.0.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumul	
1.2.3.8.1.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumul	
1.2.3.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	
1.2.3.8.1.02.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	
1.2.3.8.1.03.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Móveis	
1.2.3.8.1.04.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Imóveis	
1.2.3.8.1.05.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Móveis	
1.2.3.8.1.06.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	
1.2.3.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	0,00
1.2.3.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	0,00
1.2.3.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado Bens Moveis	
1.2.3.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado Bens Imóveis	
1.2.4.0.0.00.00 - Intangível	0,00
1.2.4.1.0.00.00 - Softwares	0,00
1.2.4.1.1.00.00 - Softwares - Consolidação	
1.2.4.2.0.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00
1.2.4.2.1.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais -	

Atendimento ao item 04 da Portaria 548/2015

SIAPC Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

Balancete Verificação | Movimento Bimestral | Relatorios | Sheet3 | Balanço Patrimonial | BP Quadros Auxiliares | Sheet6

BI Auditoria | VERIFICAÇÃO | Exercício 2015 | Bimestre 1 2 4 5 6

Seleções Atuais

Verificação (291 Jurisdicionados) (497 – 291 = 206)

Balancete Verificação

Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Ant Debito	Saldo Ant Credito	Movimento Debito	Movimento Credito
1129104000000000000	(-) PERDAS ESTIMADAS EM CREDITOS DE DIVIDA ATIVA TRI...	0,00	0,00	0,00	0,00
1129104010000000000	(-) PERDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
1129104010100000000	(-) PERDAS	0,00	0,00	0,00	0,00

1129104000000000000
1129104000000000000
1129104000000000010
1129104000099000
1129104000099001
1129104010000000000
1129104010100000000
1129104010500000000
1129104010500000009
1129104010500000018

PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

- 8.23 A informação evidenciada **nas notas explicativas às demonstrações contábeis**:

- (a) é necessária para a compreensão dos usuários das demonstrações contábeis;
- (b) fornece informação que apresenta as demonstrações contábeis no **contexto da entidade e o seu ambiente operacional**; e
- (c) geralmente tem **relação clara e demonstrável com a informação exposta** nas demonstrações contábeis às quais ela pertence.

Vídeo 2

EXPLICANDO O SALDO EM CAIXA



Detalhamento da composição do caixa consolidado municipal:

- Caixa e equivalente de caixa do executivo: **R$ 7.948.315,27**
- **Caixa e equivalente de caixa do legislativo: R$ 0,00**
- Caixa e equivalentes de caixa do RPPS: **R$ 968.995,54**

- Aplicações e investimentos do RPPS: **R$ 18.756.914,90**, nas contas contábeis 114 (aplicações - investimentos financeiros) no RPPS;

O saldo financeiro consolidado total do município é de **R$ 27.674.225,71**.

EXPLICANDO O CÁLCULO DO CURTO E LONGO PRAZO DA DÍVIDA ATIVA A RECEBER

Balancete da receita - valores efetivamente cobrados divida ativa				Vlr médio	% do	Saldo correto para curto prazo
	2022	2023	2024	cobrado anual	Estoque	
IPTU	58.579,04	40.512,87	38.234,09	**45.775,33**		**91.550,67**
ISSQN	738,46	372,02	512,43	**540,97**		**1.081,94**
TAXAS	53.175,85	63.596,47	32.722,43	**49.831,58**		**99.663,17**
NÃO TRIBUTÁRIA	2.926,15	18.358,60	13.055,87	**11.446,87**		**22.893,75**
				-		-
TOTAL GERAL COBRADO	115.419,50	122.839,96	84.524,82	**107.594,76**	**3,50**	**215.189,52**

Saldo para curto prazo	215.189,52	7,00
Saldo para longo prazo	2.861.608,16	93,00

EXPLICANDO O VALOR DO AJUSTE PARA PERDAS DO ANO

Saldo contábil das contas de ajuste para perdas LP			Saldo a ajustar
C - 121119904050000	Perdas divida ativa IPTU		674.609,87
C - 121119904070000	Perdas divida ativa ISS		309.622,35
D - 121119904090000	Perdas divida ativa taxas		1.014.266,40
C - 121119905000000	Perdas divida ativa não tributária		636.371,48
	Total a ajustar		**2.634.870,11**

Saldo contábil das contas de ajuste para perdas CP (5%)			Saldo a ajustar
C - 112910401050000	Perdas divida ativa IPTU		13.767,55
C - 112910401070000	Perdas divida ativa ISS		6.318,82
C - 112910402000000	Perdas divida ativa taxas		20.699,31
C - 112910500000000	Perdas divida ativa não tributária		12.987,17
	Total a ajustar		**53.772,85**

EXPLICANDO O DETALHAMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO

622	**1.2.3.0.0.00.00.00.**	**-**	**S**	**IMOBILIZADO**	**56.250.419,28**
623	**1.2.3.1.0.00.00.00.**	**-**	**S**	**BENS MÓVEIS**	**17.062.109,91**
624	**1.2.3.1.1.00.00.00.0**	**-**	**S**	**BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO**	**17.062.109,91**
625	**1.2.3.1.1.01.00.00.0**	**-**	**S**	**MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E**	**4.430.158,09**
626	1.2.3.1.1.01.01.00.00.00	-	A	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	18.539,02
627	1.2.3.1.1.01.02.00.00.00	-	A	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	117.966,63
628	1.2.3.1.1.01.03.00.00.00	-	A	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉD	742.009,25
629	1.2.3.1.1.01.04.00.00.00	-	A	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES	195.144,42
630	1.2.3.1.1.01.05.00.00.00	-	A	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SO	23.376,15
631	1.2.3.1.1.01.06.00.00.00	-	A	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	23.322,00
632	1.2.3.1.1.01.07.00.00.00	-	A	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	108.481,70
633	1.2.3.1.1.01.08.00.00.00	-	A	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15.690,70
634	1.2.3.1.1.01.09.00.00.00	-	A	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFI	67.204,88
635	1.2.3.1.1.01.12.00.00.00	-	A	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AU	1.596,90
638	1.2.3.1.1.01.20.00.00.00	-	A	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODO	2.102.825,39
639	1.2.3.1.1.01.21.00.00.00	-	A	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	22.251,26
640	1.2.3.1.1.01.22.00.00.00	-	A	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES VI	13.441,30
641	1.2.3.1.1.01.30.00.00.00	-	A	MATERIAL DE USO DURADOURO	4.388,54
642	1.2.3.1.1.01.40.00.00.00	-	A	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	342.695,74
643	1.2.3.1.1.01.99.00.00.00	-	A	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO	631.224,21
644	**1.2.3.1.1.02.00.00.0**	**-**	**S**	**BENS DE INFORMÁTICA**	**2.142.328,65**
645	1.2.3.1.1.02.01.00.00.00	-	A	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	683.202,78
646	1.2.3.1.1.02.02.00.00.00	-	A	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃ	1.459.125,87
647	**1.2.3.1.1.03.00.00.0**	**-**	**S**	**MÓVEIS E UTENSÍLIOS**	**2.339.919,91**
648	1.2.3.1.1.03.01.00.00.00	-	A	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	738.847,11
649	1.2.3.1.1.03.02.00.00.00	-	A	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	43.443,68
650	1.2.3.1.1.03.03.00.00.00	-	A	MOBILIÁRIO EM GERAL	1.557.308,42
651	1.2.3.1.1.03.04.00.00.00	-	A	UTENSÍLIOS EM GERAL	320,70

EXPLICANDO O DETALHAMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO

694	**1.2.3.2.1.04.00.00.**	**-**	**S**	**BENS DOMINICAIS**	**145.150,05**
695	1.2.3.2.1.04.01.00.00.0	-	A	EDIFÍCIOS	58.300,00
706	1.2.3.2.1.04.13.00.00.0	-	A	TERRENOS	86.850,05
711	**1.2.3.2.1.05.00.00.**	**-**	**S**	**BENS DE USO COMUM DO POVO**	**27.118.399,55**
712	1.2.3.2.1.05.01.00.00.0	-	A	RUAS	11.515.145,53
713	1.2.3.2.1.05.02.00.00.0	-	A	PRAÇAS	5.407,00
714	1.2.3.2.1.05.03.00.00.0	-	A	ESTRADAS	7.181.903,34
715	1.2.3.2.1.05.04.00.00.0	-	A	PONTES	213.355,84
4606	1.2.3.2.1.05.06.00.00.0	-	A	SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO	353.806,10
4607	1.2.3.2.1.05.07.00.00.0	-	A	SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA	7.053.091,06
717	1.2.3.2.1.05.99.00.00.0	-	A	OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO	795.690,68
718	**1.2.3.2.1.06.00.00.**	**-**	**S**	**BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO**	**2.377.042,70**
719	1.2.3.2.1.06.01.00.00.0	-	A	OBRAS EM ANDAMENTO	1.570.308,29
3878	1.2.3.2.1.06.02.00.00.0	-	A	OBRAS PARALISADAS POR DECISÃO JUDICIAL	76.968,58



Notas Explicativas

3.3 Ativo Imobilizado:

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo seu valor justo. Em 2025 o município realizou um inventário geral e realizou o teste de recuperabilidade do Ativo Imobilizado, sendo os ajustes todos realizados em 2017. Também foi realizada a reavaliação de todos os bens do ativo imobilizado e devidamente registrados em resultado, desta forma os valores contabilmente registrados representam, adequadamente, o valor justo de cada bem na data de encerramento do Balanço.

O valor do ajuste lançado em 2025 representou uma reavaliação de R$ .....

O município somente não realizou o cálculo da depreciação dos bens mensalmente, ainda em 2025, porque a empresa que fornece o software de controle patrimonial necessita realizar ajustes no sistema. Porém, em 2026, pretende-se realizar os cálculos já a partir de janeiro.

O inventário geral foi realizado com base no Decreto Municipal ....., e pela comissão inventariante nomeada pela Portaria ....., com o apoio em termos de assessoria da empresa Mauss Consultoria em Gestão Ltda.

1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os valores lançados em Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se :

VALOR	AJUSTE REFERENTE
(+) R$ 2.943,17	Despesas de exercícios encerrados que não tenham se processado em época própria, conforme previsto no Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64.
????	Valores referente ao ajuste do inventário patrimonial geral realizado em 2025

4.1.2.1. Ativo realizável a longo prazo no RPPS:

Em 2023 houve mudança nas formas de contabilização das provisões matemáticas previdenciárias, conforme a IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS.

Em 2025, conforme a IPC exigiu, o valor do déficit atuarial passou de **R$ 36.397.128,06**, para **R$ 34.707.888,54, portanto, uma atualização de R$ 1.689.239,52** inscrito como um ativo no RPPS, na conta contábil 1.2.1.1.2.08 do RPPS, porém como intra-orçamentária.

4.2.3. Passivo de longo prazo atuarial, reconhecido na contabilidade do executivo

Em 2023 houve mudança nas formas de contabilização das provisões matemáticas previdenciárias, seguindo os regramentos da IPC 14 – Procedimentos Contábeis do RPPS.

Em 2025, o valor total da dívida atuarial foi atualizado conforme cálculo atuarial anual e a atualização do saldo reconhecida na contabilidade do executivo, como uma dívida INTRA-ORÇAMENTÁRIA. Dessa forma, o registro necessário foi:

2.2.7.9.2.00.00	OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	**R$ 36.397.125,06**	34.707.888,54
2.2.7.9.2.09.00	VALOR ATUAL DA OBRIGAÇÃO COM AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM	R$ 36.397.125,06	34.707.888,54

Neste exercício, registrou-se a diferença de **R$ 1.689.239,52**, diminuindo então, o valor da dívida intra-orçamentária, reconhecida pelo município, que será amortizada em 35 anos.

4.2.4. Provisões matemáticas previdenciárias, reconhecidas na contabilidade do RPPS

2.2.7.2.1	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**- 58.011.336,65**
2.2.7.2.1.03	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**- 34.177.513,32**
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	- 34.259.739,30
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	27.964,63
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	54.261,35
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	
2.2.7.2.1.04	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	**- 23.833.823,33**
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	- 32.149.969,45
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	4.071.666,79
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	4.071.666,79
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	172.812,54
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	

Desta forma, segundo o cálculo atuarial, que serve de base para estes lançamentos, o aumento real e efetivo da dívida atuarial de longo prazo, que deve ser amortizada em 35 anos, foi no valor de **R$ 817.457,20** no qual foi utilizado a VPD 3.9.7.2.1 para os lançamentos de contrapartida.

Vídeo 3

4.2.1.3. Dívidas fundadas, cujas parcelas serão pagas no curto prazo:

FGTS	R$	291,46
INSS - 58902	R$	92.014,32
INSS - 60741	R$	20.620,56
FAPS - TERMO DE ACORDO 01071/2016	R$	37.776,00
FAPS - TERMO DE ACORDO 01805/2017	R$	44.449,68
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA	R$	374.795,28
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AVANÇAR CIDADES	R$	189.823,92
CONTRATO EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	R$	1.242.105,36
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AVANÇAR CIDADES JUROS	R$	359.719,68
TOTAL	**R$**	**2.361.596,26**

O município possui as seguintes obrigações inscritas a longo prazo:

CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO	135.088,21
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FINISA	327.946,02
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AVANÇAR CIDADES	1.833.944,44
OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	4.088.596,35
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AVANÇAR CIDADES JUROS	461.365,72
TOTAL	**6.846.940,74**

Do saldo total da dívida de **R$ (9.208.537,00)**, foram divididas as parcelas vincendas no curto prazo e registradas no Passivo Circulante. O saldo restante, ficou registrado no Passivo Não Circulante.

Divulgação de Informações por Segmento

A entidade deve divulgar em notas explicativas para cada segmento:

- As receitas e despesas do segmento;
- O montante reconhecido do total de ativos do segmento
- O montante reconhecido do total de passivos do segmento
- O custo total durante o período para adquirir ativos do segmento que se espera que sejam utilizados durante mais que um período

Fonte: Patricia Teles, EBCP 2026

NOTA EXPLICATIVA 5 — INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A entidade apresenta suas informações segmentadas por natureza de serviço (segmento de serviço), refletindo a forma como a gestão organiza e avalia internamente a alocação de recursos entre as áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, em linha com a estrutura da Lei Orçamentária Anual.

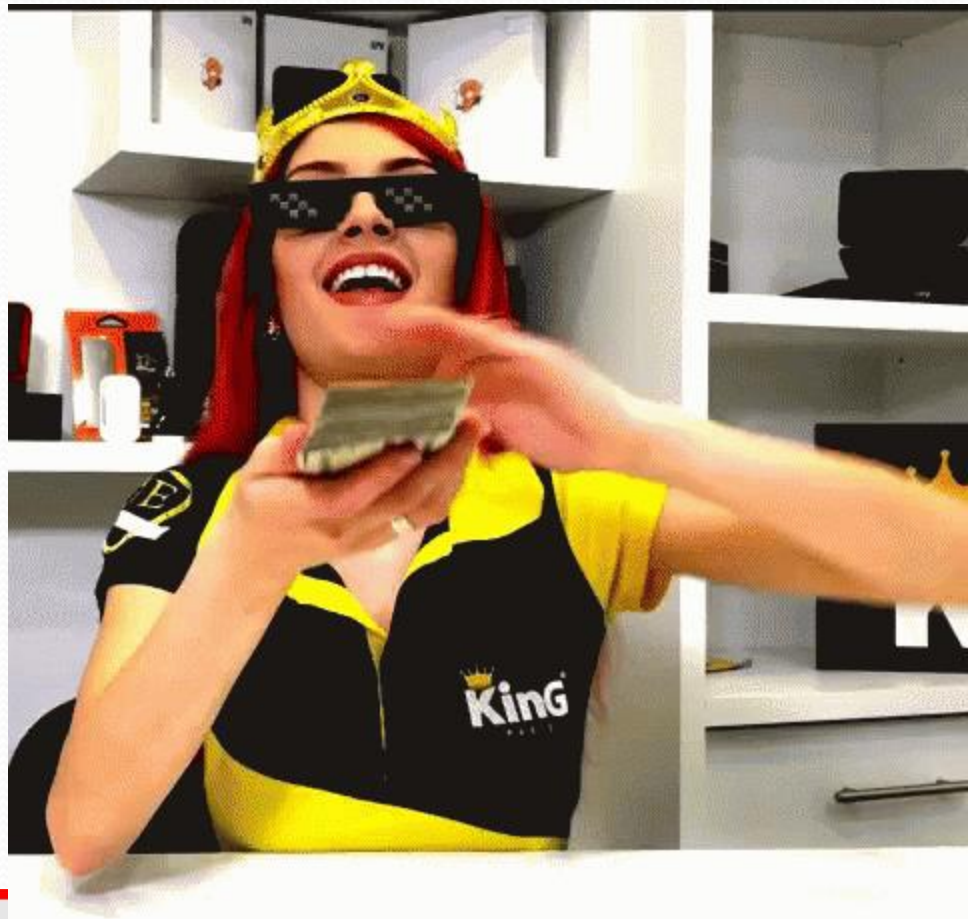
Segmento (R$ mil)	Receitas	Despesas	Ativos
Saúde	42.300	39.750	58.900
Educação	51.600	48.200	71.400
Assistência Social	12.900	12.100	9.600
Total dos segmentos	106.800	100.050	139.900
Conciliação (não segmentado)	3.200	2.950	22.100
Total consolidado	110.000	103.000	162.000

Fonte: Patricia Teles, EBCP 2026

5.6. Da composição do resultado financeiro

O resultado financeiro consolidado do município **R$ 25.146.377,67 (100%)** como um todo foi gerado da seguinte forma:

- Poder executivo: **R$ 5.434.764,83**
- Do fundo do RPPS: **R$ 19.711.612,84.**



571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	5.859,41
573	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	607.909,98
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.490.583,94
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	395.352,27
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	6.234,50
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	34.670,57
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	1.008,88
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	845.397,96
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	23.053,75
635	Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	6.066,76
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	128.758,95
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	80.951,39
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	106,22
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	96.849,03
706	Transferência Especial da União	237.609,83
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	21,66
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	1.536,53
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	1.798,48
720	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	34.878,48
721	Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo - Lei nº 13.885/2019	4.398,14
749	Outras vinculações de transferências	12.277,31
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	15.133,14
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	96.202,54
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	6.029,67
754	Recursos de Operações de Crédito	38.956,19
759	Recursos vinculados a fundos	139.886,85
800	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	19.693.266,49
802	Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	18.346,35
869	Outros recursos extraorçamentários	4.324,44
899	Outros Recursos Vinculados	427,29
Total		25.146.377,67

9. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP
Anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015

A seguir, apresenta-se um Quadro Resumo com todos os procedimentos atendidos ou a atender pelo município.

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Cumprimento pelo Município
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Atendido
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Atendido
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Atendido
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2018	Atendido
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2018	Atendido
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2020	Atendido

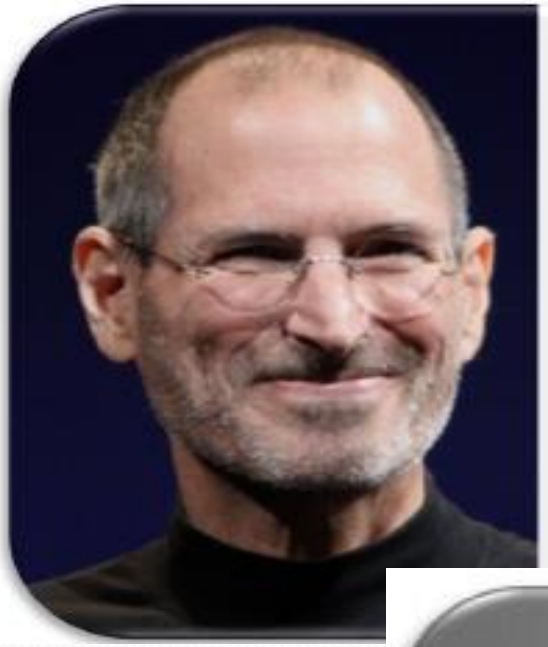
Vídeo 4

10. Plano de ação do Siafic, visando atendimento do Decreto Federal 10.540/2020.

Quanto ao atendimento dos itens de ação do plano SIAFIC, estabelecidos pelo Decreto Executivo municipal nº 48/2021, o diagnóstico é o seguinte:

TIPO	ITEM	AÇÃO	QUANDO			ATENDE?
			INÍCIO	FIM		
ANTECEDENTES	1	Levantar informações dos insumos/serviços/recursos financeiros necessários à implantação e concepção do SIAFIC local.	04/05/2021	31/12/2021		Sim
	2	Incluir no PPA (produtos, metas, recursos financeiros) as ações necessárias elaboração do projeto e consecução do sistema.	04/05/2021	31/07/2021		Sim
	3	Elaborar, preferencialmente, o modelo o projeto de implantação do SIAFIC, com base nos layouts disponibilizados pela STN e Tribunais de Contas.	04/05/2021	31/12/2021		Sim
	4	Dotar orçamentariamente (LDO e LOA de 2022), as ações (projetos e atividades) com os gastos necessários a implantação do SIAFIC local, incluindo as fontes de recursos.	04/05/2021	30/09/2021		Sim
	5	Planejar, elaborar e realizar licitação para as aquisições de insumos, serviços e/ou equipamentos, etc, necessários ao projeto do SIAFIC e integrações com os principais sistemas estruturantes.	04/05/2021	30/04/2022		Sim

Vídeo 5



Para se ter sucessõ, é necessário amar de verdade o que se faz. Caso contrário, levando em conta apenas o lado racional, você simplesmente desiste. É o que acontece com as maioria das pessoas.
- Steve Jobs

Faça o teu melhor, na condição que você tem, enquanto você não tem condições melhores, para fazer melhor ainda!

PENSADOR

Mario Sergio Cortella

Muito obrigado

cezarvolnei@yahoo.com.br

www.mausconsultoria.com.br

Intagram: cezarvolnei
Facebook: cezar volnei mauss

54-99986-2679